



**A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, EM CUMPRIMENTO AOS ARTIGOS 133 E 136 DO REGIMENTO INTERNO, REALIZARÁ SUA 36ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA, AGENDADA PARA OCORRER NA SALA DE REUNIÕES DAS COMISSÕES ÀS 10h DO DIA 19 DE DEZEMBRO DE 2023, COM A SEGUINTE PAUTA:**

**I. Discussão e votação:**

- a) Ata da 35ª Reunião Ordinária da CCJ;
- b) Ata da 6ª Reunião Extraordinária da CCJ.

**II. Ordem do dia:**

- a) Discussão e votação das matérias:

**DEPUTADO VOLNEI WEBER**

[PL./0476/2023](#), de autoria do **Deputado Mauro De Nadal**, que “Declara de utilidade pública a Associação Esportiva Recreativa Moleques da Bola e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que ‘Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina’”.

**DEPUTADO FABIANO DA LUZ**

[PL./0171/2023](#), de autoria do **Deputado Dr. Vicente Caropreso**, que “Declara de utilidade pública o Clube Soroptimista Internacional de Jaraguá do Sul, e Altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que "Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina" para fazer constar nele o nome de tal entidade”.

[PL./0420/2023](#), de autoria do **Deputado Marcos da Rosa**, que “Proíbe a fixação de cartazes que façam advertência sobre os crimes previstos nos arts. 329 a 331 do Código Penal, no âmbito da Administração Pública do Estado de Santa Catarina”.

[PL./0421/2023](#), de autoria do **Deputado Dr. Vicente Caropreso**, que “Altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que ‘Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade



Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina', para alterar a denominação da Associação Navegantina de Artes Musicais para Associação Sonhos de Maria”.

[PL./0438/2023](#), de autoria do **Deputado Maurício Eskudlark**, que “Denomina Rodovia Erich Ludwig Schreiner, o trecho da Rodovia SC- 340 entre o Distrito de Espriado e a sede do Município de Timbó Grande, e altera o Anexo II da Lei nº 16.720, de 2015, que ‘Consolida as Leis que dispõem sobre denominação de bens públicos no âmbito do Estado de Santa Catarina”.

### **DEPUTADO MARCIUS MACHADO**

[PL./0380/2023](#), de autoria do **Deputado Dr. Vicente Caropreso**, que “Altera a redação do CAPÍTULO VI e art. 189 da Lei nº 17.292/2017, que "Consolida a legislação que dispõe sobre os direitos das pessoas com deficiência", para constar o sistema de pagamento por Código QR e outras tecnologias assistivas”.

[PL./0410/2023](#), de autoria do **Deputado Zé Caramori**, que “Altera o Anexo Único da Lei n. 16.722, de 2015, para declarar Chapecó como o berço da Chama Crioula no Estado de Santa Catarina”.

[PL./0402/2023](#), de autoria do **Deputado Sargento Lima**, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de Sirenes de Alerta em Áreas de Risco Mapeadas pelos Órgãos Responsáveis pelo Estado de Santa Catarina”.

[PL./0273/2023](#), de autoria do **Deputado Napoleão Bernardes**, que “Altera a Lei nº 18.278, de 2021, para declarar de utilidade pública a Associação Vale do Itajaí de Esclerose Múltipla – AVIEM”.

### **DEPUTADA ANA CAMPAGNOLO**

[PL./0290/2021](#), de autoria da **Deputada Paulinha**, que “Altera a Lei nº 13.334, de 2005, que 'Institui o FUNDOSOCIAL, destinado a financiar programas de apoio à inclusão e promoção social, na forma do art. 204 da Constituição Federal, e estabelece outras providências". Dentro deste projeto foi apensado o PL./0044/2023.



[PL./0217/2023](#), de autoria da **Deputada Paulinha**, que “Dispõe sobre a estadualização do trecho da rodovia que liga as cidades de Brusque e Itajaí, denominando-o como ‘Ponte João André Corrêa’”.

[PL./0351/2023](#), de autoria da **Deputada Paulinha**, que “Altera a Lei nº 17.201, de 13 de julho de 2017, que ‘Consolida as Leis que dispõem sobre a Concessão de Pensões no âmbito do Estado de Santa Catarina’, para instituir a Lei Joelma Bonifácio de Andrade e prever a concessão de pensão a crianças menores de 14 (quatorze) anos que forem filhos ou cujos responsável legal tiver sido vítima de homicídio na forma em que especifica”.

### **DEPUTADO TIAGO ZILLI**

**Devolução de vista ao [PL./0230/2021](#)**, de autoria da **Deputada Paulinha**, que “Determina às instituições bancárias públicas ou privadas e às cooperativas de crédito localizadas no Estado de Santa Catarina a manter vigilância armada para atuar 24h (vinte e quatro horas) por dia, inclusive em finais de semana e feriados, e adota outras providências”.

[PL./0281/2023](#), de autoria do **Deputado Pepê Collaço**, que “Altera a Lei nº 16.473, de 2014, que ‘Dispõe sobre a prestação de serviços farmacêuticos pelas farmácias e drogarias e adota outras providências’, para o fim de internalizar no Estado de Santa Catarina a Resolução da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) nº 786, de 10 de janeiro de 2023, que estabelece condições seguras para a execução dos Exames de Análises Clínicas (EAC) em farmácias”.

[PL./0342/2023](#), de autoria do **Deputado Padre Pedro Baldissera**, que “Institui canal de atendimento via telefone preferencial para idosos no estado de Santa Catarina e dá outras providências”.

[OF./0021/2023](#), de autoria da **Entidade Social**, que “Da Sociedade Musical Carlos Gomes, de Blumenau, solicitando a alteração da Lei que a declarou de utilidade pública para dar nova denominação à entidade”.



## **DEPUTADO NAPOLEÃO BERNARDES**

**MSV/0252/2023**, de autoria do **Governador do Estado**, que dispõe sobre “Veto Parcial as emendas parlamentares impositivas nºs 1608, 1822, 1803, 1915, 1927 e 1928 dos Anexos I e II, parte das emendas parlamentares impositivas nºs 1936 e 1626 do Anexo II, e a emenda parlamentar impositiva nº 300 do Anexo III, todas do PL/384/2023, de autoria do Governador do Estado, que ‘Altera emendas parlamentares impositivas constantes do Anexo I da Lei nº 18.585, de 2022, que estima a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício financeiro de 2023, e estabelece outras providências”.

**PL./0216/2022**, de autoria do **Deputado Nilso Berlanda**, que “Altera o art. 8º da Lei nº 7.543, de 1988, que ‘Institui o imposto sobre a propriedade de veículos automotores e dá outras providências”, com o fim de isentar os veículos de propriedade dos Centros de Formação de Condutores (CFCs) do pagamento do imposto”.

**PL./0010/2022**, de autoria da **Deputada Paulinha**, que “Altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que ‘Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina’, para o fim de declarar de utilidade pública estadual a Associação de Basquetebol do Vale do Itajaí, do Município de Balneário Camboriú”.

**PL./0292/2023**, de autoria do **Deputado Altair Silva**, que “Altera a Lei nº 18.489, de 2022, que ‘Dispõe sobre a repartição do produto da arrecadação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) pertencente aos Municípios, nos termos da alínea "a" do inciso II do caput do § 3º do art. 133 da Constituição do Estado, e estabelece outras providências, para incluir o ICMS Ecológico na repartição do ICMS pertencente aos municípios catarinenses”.

**PL./0175/2023**, de autoria do **Deputado Maurício Peixer**, que “Reconhece o risco de atividade e a efetiva necessidade do porte de armas de fogo aos Oficiais de Justiça nos termos do inciso VI do artigo 6º da Lei Federal nº 10.826/2003”.



## **DEPUTADO REPÓRTER SÉRGIO GUIMARÃES**

[PL./0090/2023](#), de autoria da **Deputada Paulinha**, que “Dispões sobre as políticas de diagnóstico precoce e atendimento multiprofissional para pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no Estado de Santa Catarina”.

## **DEPUTADO CAMILO MARTINS**

[PLC./0014/2023](#), de autoria do **Tribunal de Justiça do Estado**, que “Convalida a criação de vara e a criação de cargos de Juiz de Direito e de cargos no Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina; cria e transforma cargos no Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina; acrescenta dispositivo na Lei nº 17.406, de 28 de dezembro de 2017; e dá outras providências”.

[PLC./0041/2023](#), de autoria do **Ministério Público**, que “Dispõe sobre a transferência de valores do Fundo para Reconstituição de Bens Lesados - FRBL, do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, para o Tesouro do Estado, e dá outras providências”.